

O USO DA TELEFONIA MÓVEL DE EMERGÊNCIA NAS FRAÇÕES DESTACADAS DA 2ª REGIÃO DA POLÍCIA MILITAR

FRANCISCO BERNARDINO DE PAIVA

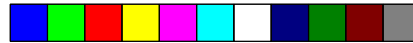
Capitão da PMMG, Graduado em Direito, Pós-graduado em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar de Minas Gerais/Escola de Governo da Fundação João Pinheiro.

Resumo: *O aperfeiçoamento dos serviços prestados pela Polícia Militar de Minas Gerais à sociedade exige que a instituição busque, permanentemente, soluções inovadoras que, colocadas à disposição das comunidades às quais serve, aumentem a eficiência e a eficácia da Corporação. Neste contexto, a implantação da telefonia móvel de emergência 190 se apresenta altamente viável, uma vez que é barata, de fácil instalação e uso e poderá atenuar consideravelmente o grave problema de efetivo que aflige as pequenas frações, onde a criminalidade está aumentando nos últimos tempos, além de acrescentar rapidez no atendimento e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à população. É com esta finalidade que o uso de um sistema de telefonia móvel de emergências policiais 190, nos Destacamentos e Subdestacamentos da 2ª Região da Polícia Militar de Minas Gerais (2ª RPM), é discutido.*

Palavras-chave: *Telefonia móvel; Emergências policiais; Destacamento PM; Subdestacamento PM.*

1 INTRODUÇÃO

A sociedade encontra-se em rápida transformação, tanto em termos tecnológicos quanto ideológicos. Por essa razão, exigem-se novas formas de gestão pública, que busquem mais agilidade, descentralização e compromisso com os resultados. Este é o caso da Polícia Militar que faz parte do Sistema de Defesa Social. A PM tem um papel acentuado na preservação da ordem pública, inclusive no primeiro socorro oferecido à população, que, no caso de eclosão de



O uso da telefonia móvel de emergência nas frações destacadas da 2ª Região da Polícia Militar

delitos, procura o serviço público na busca do atendimento de suas necessidades. Cabe à Polícia Militar a responsabilidade de atender a esse aceno. Esse atendimento se verifica em todos os Municípios e Distritos de Minas Gerais, o que faz da Polícia Militar a maior força de ligação entre Estado e sociedade, no Estado.

Por isso, uma organização pública que busca a excelência em suas atividades, como a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), deve prestar bons serviços à sociedade, procurando ser eficiente na gestão de seus processos internos, criando uma administração que ofereça ao cidadão uma prestação de serviços de alta classe, garantindo-lhe o pleno exercício de seus direitos.

Porém, o efetivo disponibilizado para o interior do Estado está defasado, resultando que em muitos Municípios e Distritos o número de policiais militares seja insuficiente para atender ao pleito por segurança pública.

Isso acontece porque, para a recepção das solicitações, o policial militar de plantão precisa permanecer no Quartel e ainda tem que desencadear operações preventivo-repressivas, participar de eventos e festas populares, atender as ocorrências cada vez mais numerosas, além de apoiar o colega de plantão durante os horários de folga.

A agilidade nas respostas às necessidades de proteção e socorro da comunidade é fator primordial para a eficácia das ações e operações policial-militares. Busca-se com ela o objetivo principal da Corporação, que é o atendimento ao público, com excelência. Portanto, para atingir esse objetivo, é fundamental priorizar a atividade-fim.

Atualmente o interior do Estado enfrenta problemas típicos de cidades maiores, tais como: roubos a mão armada, estupros, seqüestros, ocupações de propriedade rural e outros tipos de ilícitos que intranquilizam as comunidades. Existem estabelecimentos bancários, comércios, casas lotéricas, patrimônio histórico, trânsito,



Francisco Bernardino de Paiva

escolas, praças e eventos considerados importantes, que atraem grande número de pessoas.

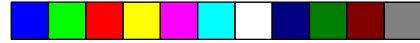
Em vista de tudo isso, vigora uma necessidade crescente de se reorganizar, preparar e equipar os Destacamentos e Subdestacamentos, para capacitá-los a enfrentar essas situações.

Buscam-se, portanto, soluções que privilegiem a capacidade operativa dos Destacamentos e Subdestacamentos, e uma delas é através da liberação do policial militar plantonista do sistema de telefonia fixa 190, por meio da adição da telefonia móvel de emergência 190. Este recurso implica a utilização de um equipamento do tipo telefone sem fio, para atendimento remoto do Serviço Público de Emergência¹ Policial 190.

2 TELEFONIA MÓVEL DE EMERGÊNCIA

Etimologicamente, a palavra telefone deriva do francês “*téléphone*”, que significa transmissão à distância de palavras faladas. Sendo assim, telefonia significa transmissão da palavra falada ou de sons à distância, através de cabos ou fios, ou de ondas hertzianas (FERREIRA, 1986).

¹ Para efeitos deste artigo, define-se o Serviço Público de Emergência como sendo a modalidade de Serviço de Utilidade Pública que possibilita ao interessado solicitar o atendimento imediato, em virtude de situação de emergência ou condição de urgência.



O uso da telefonia móvel de emergência nas frações destacadas da 2ª Região da Polícia Militar

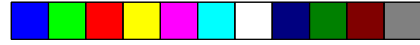
Telefonia móvel de emergência 190² significa a utilização de aparelhamento de comunicação telefônica de emergências policiais sem fio para atendimento ao público, aparelhamento este que acompanha os componentes da Guarnição Policial em seus deslocamentos (MINAS GERAIS, 2005).

2.1 Definição de Termos

Destacamento PM (Dst. PM)

A Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 01/2002 - Emprego da PMMG (MINAS GERAIS, 2002 a) define o Destacamento PM como um Grupo PM composto de um Sargento e

² O Parecer Técnico nº 40.843/2005 - EMPM/4 (MINAS GERAIS, 2005) é o único documento normativo interno da Polícia Militar que trata de telefonia móvel de emergência 190. Resultou de uma solicitação do Sr. Diretor de Apoio Logístico da Polícia Militar de Minas Gerais ao Estado-Maior da Corporação (EMPM), pedindo providências para homologação, pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), agência reguladora dos serviços de telecomunicações em âmbito nacional, do “aparelho do tipo 190 móvel” para aplicação no policiamento ostensivo, e “vinculação dos 190 a rede móvel celular” possibilitando o atendimento de emergências policiais em posto móvel. Em consulta ao portal da ANATEL, no Sistema de Gestão e Certificação e Homologação de Produtos de Telecomunicações (SGCH), o EMPM encontrou o Sistema de Telefonia Fixa Comutada que possibilita a comunicação sem fio de longa distância (cerca de 8 km com antena externa), com a instalação de uma Central Privada de Comutação Telefônica - Categoria I, modelos GP-932S e SN-920 UL. Estes equipamentos utilizam técnica de espalhamento espectral por salto em frequência, com baixo nível de potência, o que faz com que a área de cobertura seja limitada. No parecer técnico, o EMPM autorizou a utilização do referido equipamento, para o caso de alguma Unidade de Execução Operacional pretender utilizá-los para atendimento remoto do Serviço Público de Emergência Policial (190), mas exigiu-se a homologação dos equipamentos pela ANATEL. Além disso, os equipamentos precisariam atender os requisitos técnicos necessários, para garantia da qualidade dos serviços à sociedade. Tais produtos são comercializados a um custo situado entre R\$1.800,00 (um mil e oitocentos reais) e R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais), valores em fevereiro de 2003, conforme cotações da Senao do Brasil Ltda. com sede à Avenida Ibirapuera nº 2.907 conj. 1606 Moema, CEP 04029-200 São Paulo, SP. Espalhamento espectral é o espalhamento do sinal por determinada área de cobertura, ou seja, o espalhamento do sinal é feito para toda área sem ser direcionado apenas para determinado setor.



Francisco Bernardino de Paiva

entre quatro e dez Cabos/Soldados. Eles estão integrados a um sistema policial aberto que compõe uma malha protetora em todo o Estado e operam de forma interdependente com as demais frações para atingir seus objetivos.

Segurança Pública

A Constituição do Estado de Minas Gerais assim define segurança pública:

Art. 133 - A defesa social, dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, organiza-se de forma sistêmica visando a:

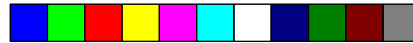
I - garantir a segurança pública, mediante a manutenção da ordem pública, com a finalidade de proteger o cidadão, a sociedade e os bens públicos e privados, coibindo os ilícitos penais e as infrações administrativas.

Art. 136 - A segurança pública, dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio...

Por sua vez, a DPSSP nº 01/2002 define segurança pública como a preocupação por qualidade de vida e dignidade humana em termos de liberdade, acesso ao mercado e oportunidades sociais para os indivíduos que compartilham um entorno social delimitado pelo território de um país, Estado ou Município. Esse estado antedelitual configura o marco conceitual de segurança pública, que permitirá ao povo proteger-se contra os riscos da vida societária (MINAS GERAIS, 2002 a).

Subdestacamento PM

Subdestacamento de Polícia Militar consiste na articulação da Polícia Militar na área de um Distrito Municipal, consistindo, normalmente, em uma Fração elementar com o efetivo mínimo de 01 (um) Cabo PM e 02 (dois) Soldados. (MINAS GERAIS, 2002 b)



O uso da telefonia móvel de emergência nas frações destacadas da 2ª Região da Polícia Militar

2.2 O telefone 190 na PMMG³

Em 1969, surgiu, em Belo Horizonte, a primeira central de operações policiais, localizada na Rua Santa Rita Durão, 1263, Bairro Funcionários. Sua função era a coordenação e controle das operações da PMMG. Os códigos de acesso dos telefones utilizados eram 3222-5050 e 3224-5050.

O Centro de Operações Policiais-Militares (COPOM) foi criado em 1976, com a Resolução nº 387 (MINAS GERAIS, 1976).

O sistema de atendimento 190 fixo adotado pela PMMG funciona em três fases consecutivas, como mostra a figura abaixo.

A figura 1 ilustra o funcionamento deste ciclo, operando em nível de COPOM/SOU/SOF⁴. Esse esquema só se aplica para frações maiores que Destacamento PM. No caso dos Destacamentos e Subdestacamentos, o plantão acumula as três fases.



Figura 1 - Ciclo do sistema de atendimento 190 adotado pela PMMG.

Fonte: MINAS GERAIS, 1997.

³ O telefone 190 é padronizado no Brasil todo como o telefone de emergências policiais-militares e é o principal veículo de comunicação com a comunidade.

⁴ COPOM (Centro de Operações Policiais-Militares); SOU (Sala de Operações da Unidade) e SOF (Sala de Operações da Fração).





Francisco Bernardino de Paiva

Com o passar do tempo, surgiu a necessidade de reaparelhar os Destacamentos e Subdestacamentos com recursos tecnológicos que amenizassem o problema de falta de atendimento dos 190 fixos, e a telefonia móvel de emergência 190 mostrou-se como uma das melhores opções, uma vez que pode contribuir para a montagem de um novo sistema de atendimento ao público próprio para esse tipo de fração, conforme a figura 2. Assim, poderá ser executado o policiamento preventivo sem a preocupação de que o telefone de emergência 190 esteja desguarnecido.

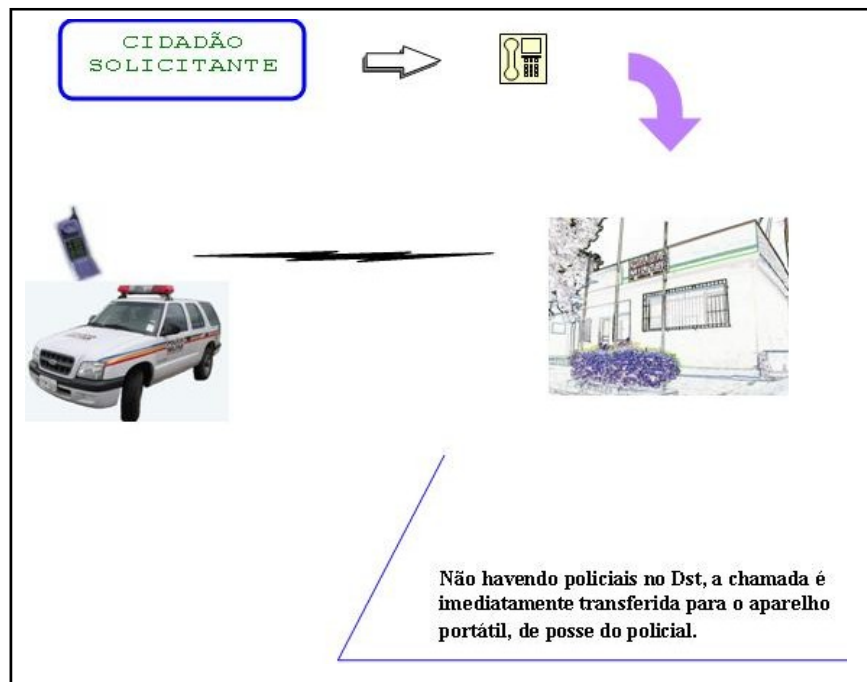
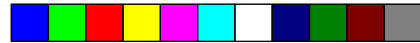


Figura 2 - Ciclo do sistema de atendimento 190 móvel adotado pela PMMG.

Fonte: o autor.



O uso da telefonia móvel de emergência nas frações destacadas da 2ª Região da Polícia Militar

2.3 Telefonia móvel de emergência 190⁵

Este item apresenta várias ilustrações da instalação e do funcionamento de um equipamento de telefonia móvel de emergência 190, demonstrando que a implantação é tão fácil quanto a de um aparelho de TV.

O instalador deverá utilizar um tubo de diâmetro entre 22-39 mm, o qual será usado como suporte. Encaixará e parafusará a base da antena neste tubo. O suporte para a antena não deverá ser metálico e deve estar devidamente isolado.

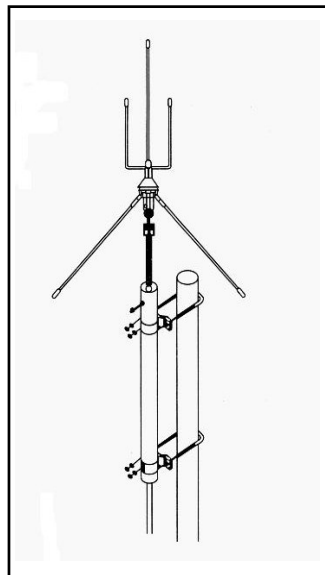
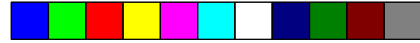


Figura 3 - Suporte de antena.

Fonte: SENAO do Brasil, 2004.

⁵ O tipo de tecnologia utilizada pela telefonia móvel de emergências policiais 190 não se confunde com o celular comercial existente no mercado. O equipamento ora tratado é um telefone sem fio com alcance limitado e que usa outro princípio de funcionamento.



Francisco Bernardino de Paiva

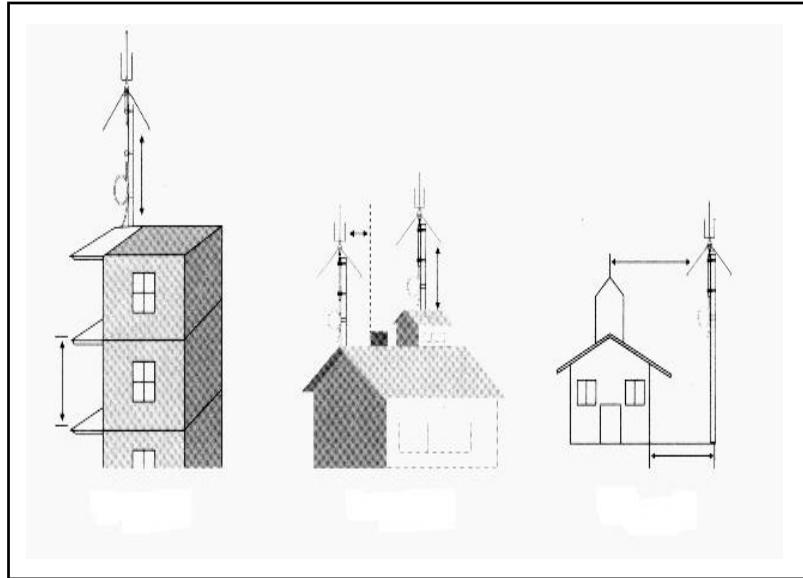


Figura 4 - Suporte de antena.

Fonte: SENAO do Brasil, 2004.

O instalador deverá colocar o suporte na parte superior do tubo e em seguida prenderá o cabo da antena neste mesmo tubo logo abaixo fazendo uma pequena abertura que deve ter aproximadamente 15 cm de diâmetro para prevenir que a água da chuva não passe para baixo, atingindo assim à base. Nenhum material metálico deverá estar a menos de 3 m ao redor da antena.

O restante do cabo deve ser endireitado porque uma possível dobra poderá diminuir a potência da transmissão. Deverá ser feito um segundo laço no cabo, próximo à construção do Quartel, antes de conectá-lo na base. Assim prevenir-se-á que a chuva entre no imóvel. Quanto mais alta for instalada antena, melhor será a comunicação. A antena, juntamente com o cabo, deve ser mantida longe das fontes de alta tensão, para evitar os choques elétricos. Por fim, não se deve instalar a antena durante a chuva para evitar a queda de raios.



O uso da telefonia móvel de emergência nas frações destacadas da 2ª Região da Polícia Militar

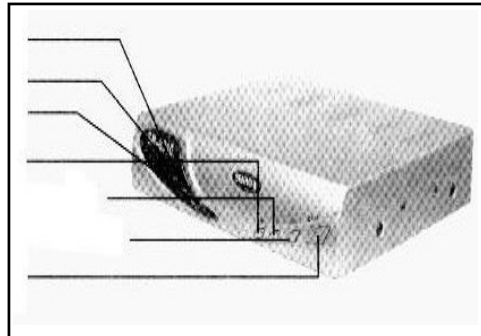


Figura 5 - Base Principal (Painel Frontal).

Fonte: SENAO do Brasil, 2004.

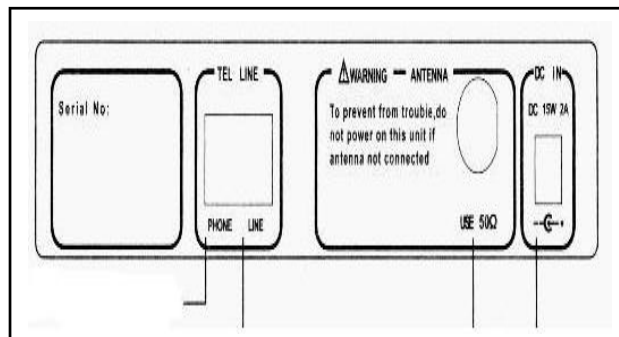


Figura 6 - Painel Traseiro.

Fonte: SENAO do Brasil, 2004.

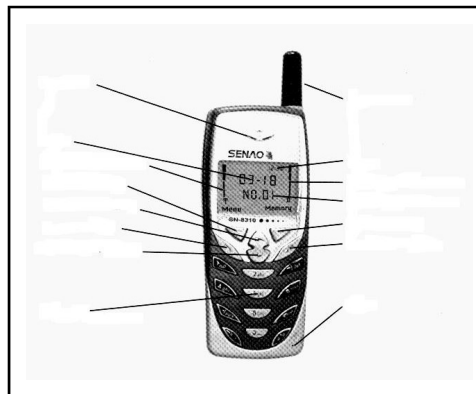


Figura 7 - Handset.

Fonte: SENAO do Brasil, 2004.





Francisco Bernardino de Paiva

3 A 2ª REGIÃO DA POLÍCIA MILITAR

A área da 2ª RPM abrange o centro-oeste e o sudoeste do Estado de Minas Gerais, a qual é integrada geograficamente pelas bacias do Alto São Francisco e do Rio Grande.

Sua extensão territorial é de 48.626 Km², contando com uma população aproximada de 1.590.000 habitantes, distribuída em 94 municípios, além de diversos distritos, vilas e povoados. Seu dispositivo operacional é composto pelos 7º, 12º, 23º e 25º Batalhões de Polícia Militar.

Por causa da proximidade com a Região Metropolitana de Belo Horizonte e o grande número de rodovias que cortam a Região, o problema criminal, antes “privilégio” da capital do Estado, começou a surgir nas maiores cidades da 2ª Região, principalmente Divinópolis, Pará de Minas, Itaúna, Passos, Sete Lagoas, Nova Serrana.

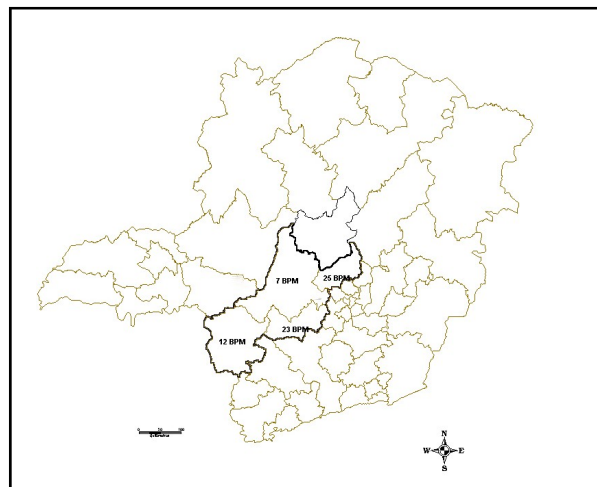


Figura 8 - 2ª Região da Polícia Militar e seus Batalhões PM.

Fonte: MINAS GERAIS, 2003.



O uso da telefonia móvel de emergência nas frações destacadas da 2ª Região da Polícia Militar

3.1 Operações realizadas: comparativo dos 1º trimestre - período de 2001 a 2006 - 2ª RPM

Uma análise do desempenho operacional da 2ª RPM nos primeiros trimestres do período compreendido entre os anos de 2001 e 2006, conforme tabela 1, revela um aumento significativo dos esforços preventivos da região, que elevou de 16.957 operações desencadeadas em 2001 para 52.847 em 2006.

TABELA 1

Operações realizadas - comparativo 1º trimestre 2001 a 2006 - 2ª RPM

RPM	2001	2002	2003	2004	2005	2006
2ª RPM	16.957	18.792	44.879	43.848	45.726	52.847

Fonte: MINAS GERAIS, 2006.

Este esforço demonstra a evolução do trabalho preventivo desenvolvido pela 2ª Região ao longo do tempo e o ano de 2003 foi imprescindível para o desencadeamento deste esforço. Naquele ano, as atividades preventivas saíram de um patamar de menos de 20.000 operações/ano para quase 45.000 operações/ano.

3.2 Operações Realizadas no Período de 2001 a 2005 na 2ª RPM

O período compreendido entre 2001 e 2005 recebeu especial atenção da 2ª Região no que se refere ao aspecto preventivo, como se pode ver na Tabela 2, verificando-se o aumento de menos de 80.000 operações no ano de 2001, para mais de 200.000 em 2005.

TABELA 2

Operações realizadas - 2001 a 2005 - 2ª RPM

RPM	2001	2002	2003	2004	2005
2ª RPM	79.314	100.338	211.773	190.578	203.459

Fonte: MINAS GERAIS, 2006.

O ano de 2002 foi o ponto de partida para o desencadeamento das operações preventivas da região.

3.3 Índice de Criminalidade Violenta na 2ª RPM - Período: 1º Trimestre de 2001-2006

Os primeiros trimestres compreendidos entre 2001 e 2006 estão comparados na tabela 3, abaixo. Essa tabela mostra uma queda no índice de, aproximadamente, – 11% de criminalidade violenta no Estado como um todo e de – 10,81% na 2ª RPM. Os números absolutos da 2ª RPM são menores que os do Estado, apesar das variações 2005/2004 serem próximas.

TABELA 3

Índice de criminalidade violenta na 2ª RPM

Período: 1º trimestre de 2001-2006.

RPM	CRIMES VIOLENTOS						VARIÇÃO% 2005/2004
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
2ª RPM	38	45	52	48	64	57	-10,81
MG	94	109	137	135	141	125	-11,53

Fonte: MINAS GERAIS, 2006.

ICV = total de crimes violentos* 100.000 / Pop

A evolução dos acontecimentos delituosos demonstrados na tabela 3 indica que houve alta dos índices ao longo dos anos de 2001 a 2003, queda em 2004, alta em 2005 e queda em 2006.

3.4 Índice de Criminalidade na 2ª RPM - Período: 1º trimestre de 2001-2006

A Tabela 4, Índice de Criminalidade por 100.000 habitantes, indica que a 2ª RPM sofreu uma variação de 7,07% entre 2004 e 2005. Esse índice considerado para efeitos do Estado foi de 4,93% no mesmo período. Isso demonstra que, embora o ranqueamento da 2ª RPM tenha cidades colocadas entre as últimas do Estado, a criminalidade regional como um todo está acima do plano estadual.

O uso da telefonia móvel de emergência nas frações destacadas da 2ª Região da Polícia Militar

TABELA 4

Índice de Criminalidade por 100.000 habitantes.

Período: 1º trimestre de 2001-2006.

RPM	CRIMES						VARIÇÃO% 2005/2004
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
2ª RPM	1097	1181	1214	1145	1207	1293	7,07
MG	984	1061	1135	1110	1140	1196	4,93

Fonte: MINAS GERAIS, 2006.

ICV = total de crimes *100.000 / Pop

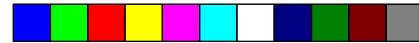
3.5 Índice de Criminalidade Violenta na 2ª RPM - Período: 2001-2005

A Tabela 5, que trata do índice de criminalidade violenta na 2ª RPM no período de 2001 a 2005, demonstra que, no tocante a crimes violentos, a 2ª RPM está em situação mais favorável do que o restante do Estado. Isso significa que os delitos praticados na 2ª Região são de menor violência, mas em maior quantidade.

A Tabela 5 revela o aumento da criminalidade na região. Interpretando-se este dado, pode-se afirmar que a 2ª RPM está abaixo dos índices estaduais, porém, os índices regionais estão em alta.

Em 2001, o índice foi de 149 delitos por 100.000 habitantes, contra 243 por 100.000 habitantes em 2005, o que significa um aumento significativo na prática de delitos violentos na região (63%). No plano estadual, houve acréscimos menores que os da 2ª Região (40%).

A partir de 2003 até 2005, a tendência de alta do Estado foi revertida, estando em baixa (-3,49) de 2004 para 2005. Enquanto isso, os indicadores da 2ª Região continuam em alta sem nenhum retrocesso no período. De 2004 para 2005 esse acréscimo foi de 16,41%.



Francisco Bernardino de Paiva

TABELA 5
Índice de Criminalidade Violenta na 2ª RPM

Período: 2001-2005

RPM	ICV					VARIACÃO% 2005/2004
	2001	2002	2003	2004	2005	
2ª RPM	149	183	205	208	64	16,41
MG	378	448	557	548	141	-3,49

Fonte: MINAS GERAIS, 2006.

ICV = total de crimes violentos *100.000 / Pop

3.6 Análise do Índice de Criminalidade na 2ª RPM - Período: 2001-2005

A Tabela 6 que trata do índice de criminalidade por RPM mostra a 2ª RPM acima dos índices estaduais. Mostra também a tendência de alta geral da criminalidade. Aqui a variação de 2004 para 2005 foi de 1,65% na região contra 2,85% no Estado, apresentando pequenos períodos de variação para menos, seguidos de novas altas dos índices.

TABELA 6
Índice de criminalidade na 2ª RPM

Período: 2001-2005

RPM	ÍNDICE DE CRIMINALIDADE					VARIACÃO% 2005/2004
	2001	2002	2003	2004	2005	
2ª RPM	4465	4900	4841	4730	4808	1,65
MG	3962	4379	4604	4504	4633	2,85

Fonte: MINAS GERAIS. Polícia Militar. Armazém de dados de ocorrências da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), 2006.

IC = total de crimes* 100.000 / Pop



O uso da telefonia móvel de emergência nas frações destacadas da 2ª Região da Polícia Militar

4 BREVE HISTÓRIA DOS DESTACAMENTOS DA PMMG

Nas origens históricas da PMMG, verifica-se que os Destacamentos PM surgiram a partir do ano de 1831, quando era confiada à Corporação a guarda, vigilância e policiamento de toda a vasta zona diamantífera.

A partir de 1870, foram fixados os policiais nos destacamentos da Corporação, por causa do aumento demográfico e o aumento do efetivo.

O Decreto nº 7, de 24 de outubro de 1891 (MINAS GERAIS, 1981), alterou a denominação de Corpo Policial para Corpos Militares do Estado. Adotou-se a partir daí a distribuição do efetivo em quatro corpos independentes entre si, sendo definidas as sedes nas quatro cidades mais importantes do Estado à época – Ouro Preto, Diamantina, Juiz de Fora e Barbacena.

Depois da proclamação da República, foram criados novos destacamentos em cidades menores. No início do século XX, ocorreram as primeiras grandes distribuições de efetivo, o que ampliou a presença da PMMG junto às pequenas comunidades interioranas (MARCO FILHO, 1999).

4.1 Efetivo em Razão da Qualidade na Prestação de Serviço dos Destacamentos e Subdestacamentos

A PMMG é uma agência de proteção e socorrimento públicos. Por essa razão, é um dos poucos órgãos estatais que se fazem presentes em todos os Municípios do Estado e em centenas de Distritos, onde é a responsável pela preservação da ordem pública, através de atividades típicas de polícia ostensiva.

Sua atuação é indispensável à sociedade, privativa do Estado, indelegável a terceiros e se ramifica numa série de atividades que constituem a sua prestação de serviço e, em consequência, materializa o seu papel social.



Francisco Bernardino de Paiva

A DPSSP nº 01/2002 - CG (MINAS GERAIS, 2002) define a participação da Polícia Militar no Sistema de Defesa Social com uma série de procedimentos qualificadores das ações e operações de policiamento ostensivo; tais como: Policiamento Ostensivo Geral; Policiamento de Trânsito Urbano e Rodoviário; Policiamento de Meio Ambiente; Policiamento de Guardas e garantia do exercício do poder de polícia dos órgãos da administração pública. Essas atribuições se aplicam a todas as frações, inclusive aos Destacamentos e Subdestacamentos.

4.2 Destacamento e Subdestacamentos Analisados

Dos 80 Destacamentos e Subdestacamentos da 2ª Região, 52 (65%) contribuíram fornecendo dados e, dos 10 que dispõem de telefonia móvel de emergência 190, todos participaram. Na área do 12º Batalhão de Polícia Militar, as cidades que têm esse recurso são Arceburgo, Conceição da Aparecida, Jacuí, São Tomás de Aquino, São João Batista do Glória, Delfinópolis e São Roque de Minas. Na área do 25º Batalhão de Polícia Militar, há as cidades de Fortuna de Minas, Funilândia e Baldim.

4.3 Índice de Criminalidade nos Destacamentos da 2ª RPM que têm Telefonia Móvel de Emergência 190 Instalada - 2001 a 2005 - 2006

A Tabela 7 expõe os índices de criminalidade nos destacamentos da 2ª RPM que dispõem de telefonia móvel de emergência 190. As frações estão distribuídas por ordem de colocação no *ranking* estadual, destacando-se Funilândia entre as 100 cidades com índice mais elevado do Estado (97º lugar).

O uso da telefonia móvel de emergência nas frações destacadas da 2ª Região da Polícia Militar

TABELA 7

Índices de criminalidade nos destacamentos da 2ª RPM que dispõem de telefonia móvel de emergência 190 - Período: 2001 a 2005

UEOp	MUNICÍPIOS	2001	2002	2003	2004	2005	Ranking MG
2ª RPM	Funilândia	45,56	37,42	47,05	46,11	54,62	97
	Conceição da Aparecida	30,44	29,95	30,73	41,66	45,13	217
	Baldim	34,67	32,19	45,27	42,42	42,69	256
	Delfinópolis	64,82	56,32	47,86	43,90	42,46	260
	São Tomás de Aquino	31,89	32,53	40,33	41,41	42,12	267
	São João Batista do Glória	42,60	48,27	40,28	43,90	39,14	323
	Fortuna de Minas	50,35	47,79	28,99	50,10	37,91	351
	São Roque de Minas	25,13	35,42	28,77	33,67	31,46	496
	Arceburgo	37,87	37,33	30,22	39,84	30,51	519
	Jacuí	17,60	23,44	24,26	21,83	20,96	708

Fonte: MINAS GERAIS, 2006.

ICV - Crimes Violentos* 1000 / população

A Tabela 7 mostra a variação da criminalidade, que oscila para mais e para menos sucessivamente, de um ano para outro. No entanto, no período de 2001 a 2005, o cômputo geral assinala sempre para mais, havendo, portanto, uma tendência geral de alta da criminalidade.

Entretanto, quando a criminalidade aumenta, a Polícia Militar intensifica também as ações preventivas e repressivas através de operações policiais. Por essa razão, a criminalidade varia para mais e para menos e as operações variam sempre para mais.

Isso quer dizer que acontece uma adaptação da criminalidade às providências adotadas, o que exige números cada vez mais altos de operações para baixar os índices.

4.4 Análise do Índice de Criminalidade Violenta nos Destacamentos da 2ª RPM que têm Telefonia Móvel de Emergência 190 Instalada - Período de 2001 a 2005

A Tabela 8 analisa os índices de criminalidade violenta nas frações com 190 móveis da 2ª RPM. Também nesta comparação, Funilândia aparece em primeiro lugar, em 96º no *ranking* estadual, segundo a Assessoria de Estatística e Geoprocessamento - PM3, da PMMG. Aqui o destaque fica com São Tomás de Aquino, com um aumento de 0,27 por 1000 habitantes em 2001 para 2,26 por 1000 habitantes em 2005. Isso representa um acréscimo de 737% no período considerado.

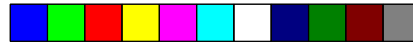
TABELA 8

Índices de criminalidade violenta nas frações com 190 móveis da 2ª RPM - Período: 2001 a 2005

UEOp	MUNICÍPIOS	2001	2002	2003	2004	2005	Ranking MG
2ª RPM	Funilândia	1,19	0,88	2,01	0,83	2,7	96
	São Tomás de Aquino	0,27	0,54	0,67	0,53	2,26	140
	Fortuna de Minas	1,64	0,41	0,4	1,19	1,18	392
	Baldim	0,99	1,11	1,36	0,75	1	464
	Conceição da Aparecida	0,75	0,32	0,53	0,74	0,74	595
	Arceburgo	0,61	0,61	0,36	0,95	0,7	608
	São João Batista do Glória	2,19	1,55	1,37	1,63	0,58	666
	Jacuí	0,67	0,13	0,26	0,64	0,38	743
	Delfinópolis	0,76	0,15	0,61	0	0,31	765
	São Roque de Minas	0,47	0,32	0,63	0,16	0,16	810

Fonte: MINAS GERAIS, 2006.

ICV - Crimes Violentos * 1000 / população



O uso da telefonia móvel de emergência nas frações destacadas da 2ª Região da Polícia Militar

Os índices revelam proporções entre a criminalidade e as comunidades analisadas. Como são cidades de pequeno porte, os números absolutos entre elas e os grandes centros são bem diferentes. Não obstante, os problemas enfrentados por essas comunidades são proporcionais.

5 PESQUISA DE CAMPO

Dos 52 Destacamentos e Subdestacamentos participantes, 49 informaram que o efetivo é insuficiente para atender suas necessidades operacionais. Essa constatação se deve ao fato de que uma fração que tem a previsão de efetivo reduzido, como os Destacamentos e Subdestacamentos, não dispõem de reservas para atender todas as suas necessidades operacionais.

5.1 Carga Horária Semanal

Nenhum dos Destacamentos e Subdestacamentos têm carga horária menor que 40 horas semanais; 27% têm carga horária entre 41 e 45 horas semanais; 23% estão entre 46 e 50 horas por semana e 50%, portanto, a grande maioria, está com mais de 50 horas por semana. Isso representa uma sobrecarga de trabalho considerável sobre a tropa, em razão do efetivo diminuto que possuem.

5.2 Meios de Comunicação Disponíveis nas Frações

Apenas 39 das 52 frações têm telefone de emergências 190 fixo em suas sedes. No entanto, toda a população é atendida por esse serviço. Isso acontece porque em algumas localidades o atendimento foi deslocado para Companhias e Pelotões, que de suas salas de operações recebem as ligações e acionam o policiamento via rádio ou telefone administrativo.

Apesar de possuir vários canais de comunicação com a população, a maioria deles é onerosa e, conseqüentemente, inadequados para o tipo de serviço que a comunidade procura, já que



Francisco Bernardino de Paiva

restringe o acesso à proteção policial a quem dispuser de meios econômicos em momentos de emergência. Isso faz do 190 o principal veículo de comunicação da Polícia Militar com o grande público.

5.3 Meios de Comunicação preferidos pelas comunidades para contatar a Polícia Militar

Em 39 Destacamentos e/ou Subdestacamentos, o meio de comunicação favorito da população com a Polícia Militar é o telefone, seja ele o 190, o telefone administrativo ou o celular do plantão, perfazendo cerca de 80% da preferência.

5.4 Frações que têm 190 móveis instalados

Cerca de 20% de todos os Destacamentos e Subdestacamentos examinados dispõem dos 190 móveis. A grande maioria deles foi adquirida há menos de 2 anos. Uma das principais justificativas para a implantação deste recurso é que eles suprem parte da demanda de pessoal dos Destacamentos e Subdestacamentos, o que é de suma importância, pois o fato de discar o 190 e não ser atendido causa uma sensação de insegurança na comunidade que, normalmente, quando precisa da Polícia, já está em situação de descontrole emocional. O grande diferencial do novo equipamento é potencializar o efetivo, distendendo-o ao longo das 24 horas. Este instrumento permite que não haja solução de continuidade no atendimento.

Outro argumento para a avaliação do uso deste recurso é o baixo custo do aparelho, cerca de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), não ultrapassando R\$ 3.000,00 (três mil reais), o que consiste em uma solução barata, imediata e de fácil instalação e operação. Com a aquisição do novo equipamento, a 2ª RPM teria a liberação de 80 militares para policiarem as ruas ao custo inicial de, no máximo, R\$ 3.000,00 (três mil reais) cada, com uma manutenção anual que seria bem menor que isso. Considerando-se que o equipamento duraria vários anos, o custo benefício seria maior ainda.



O uso da telefonia móvel de emergência nas frações destacadas da 2ª Região da Polícia Militar

Acrescente-se a isso que a qualidade no atendimento à população melhorou consideravelmente, verificando-se o aprimoramento do policiamento ostensivo, por causa da liberação do plantão para as ruas; pela redução da perda de ligações, pelo ganho em mobilidade e pelo aprimoramento da segurança da guarnição policial.

Não obstante todos esses benefícios, o novo equipamento não tem o condão de modificar as escalas de serviço. Isso se deve ao fato de que, embora ele permita um esforço menor dos componentes do Destacamento, o tipo de fração considerada tem um componente muito grande de permanência no local de trabalho, ainda que sem atendimento de ocorrências. Portanto, a carga horária tende a permanecer a mesma. O que melhorou foi a qualidade do atendimento e a comodidade dos militares e da população.

6 CONCLUSÃO/SUGESTÕES

6.1 Conclusão

O sistema de telefonia é o mais importante recurso de comunicações utilizado pelo cidadão para solicitar da Polícia Militar o socorrimto público, qualquer que seja a sua forma.

Nesta conjuntura, a análise do impacto da telefonia móvel de emergência 190 nos Destacamento e Subdestacamento da 2ª RPM revelou uma significativa melhoria das rotinas operacionais das frações que a adotaram, por causa da liberação do plantão para atuar nas ruas. Além disso, o 190 móvel melhorou a prestação de serviços à comunidade, ao aprimorar o atendimento ao público, já que os militares sempre são encontrados para socorrer a quem deles precisar, diferentemente do que acontecia antes da aquisição desses equipamentos.

Constatou-se um acréscimo da quantidade de ocorrência nas frações que adotaram a telefonia móvel de emergência 190. Isso se



Francisco Bernardino de Paiva

deve ao fato de que muitas ligações que se perdiam passaram a ser atendidas e, conseqüentemente, verificou-se o aumento do número de registros. Isso se explica porque o policial leva consigo o telefone e as perdas de ligação passam a acontecer somente em casos específicos tais como: impedimentos momentâneos dos policiais; defeito no equipamento ou distância excessiva entre a guarnição e o seu quartel.

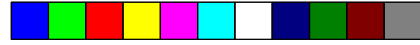
Finalmente, a instalação do sistema de telefonia móvel de emergências 190 permitirá aos destacamentos uma adequação ao novo modelo de gestão pública adotado pela PMMG, que tem como foco a “polícia de resultados”. Essa nova política da corporação busca os princípios estratégicos de realçar a ação preventiva, a pró-atividade e a rapidez no atendimento, pois quando em deslocamento o policial poderia atender normalmente as chamadas.

Apesar de tudo isso, não houve modificações nas escalas de serviço das frações que adotaram o telefone 190 móvel. Elas ficaram como estavam, porque o efetivo existente está muito aquém do necessário para promover uma mudança profunda nos modelos de escalas adotados.

6.2 Sugestões

Na busca da melhoria no atendimento do sistema de telefonia 190, com a instalação do atendimento móvel de emergência policiais, sugere-se que se principiarem estudos visando à aquisição e instalação do sistema de telefonia móvel de emergências policiais 190 nos Destacamentos e Subdestacamentos da 2ª RPM.

Sugere-se ainda que seja feita a normatização para a aquisição e o uso de telefones sem fio padronizando comportamentos, procedimentos, treinamentos e equipamentos que atendam as necessidades operacionais da 2ª RPM.

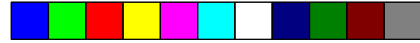


O uso da telefonia móvel de emergência nas frações destacadas da 2ª Região da Polícia Militar

Abstract: *The improvement of the services rendered by the Military police of Minas Gerais to the society demands that the institution looks for permanently, innovative solutions that, put the communities' a disposition which it serves, increase the efficiency and the effectiveness of the Corporation. In this context the implantation of the movable telephony of emergency 190 comes highly viable, once it is cheap, of easy installation and use and it will considerably be able to lessen the serious cash problem that afflicts the small fractions, where the criminality is increasing in the last times, besides to increase speed in the service and to improve the quality of the services offered to the population. It is with this purpose that the impact of the use of a system of movable telephony of emergencies policemen 190, in the Military detachment and Subdirectory of the 2nd Area of the Military police of Minas Gerais (2nd RPM) it is presented.*

Key-Words: *Movable telephony. Policemen emergencies. Military detachment PM. Subdirectory.*





Francisco Bernardino de Paiva

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Paulo Renê de. **Origens históricas da Polícia Militar de Minas Gerais: 1831/1900**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, out., 1981. v.1

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: consolidada até a Emenda n.52 de 08/03/2006. Brasília: Senado Federal, 2006.

_____. Ministério das Comunicações. Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. **Anexo à Resolução n. 357, de 15 de março de 2004**. Regulamento sobre as condições de acesso e fruição dos serviços de utilidade pública e de apoio ao STFC. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/biblioteca/resolucao/>> acesso em: 01Out.2006.

_____. Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL. **Anexo à Resolução n. 426 de 09 de dezembro de 2005**. Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado. Disponível em: www.anatel.gov.br.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 3. ed.rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

MARCO FILHO, Luiz de. **História militar da PMMG**. 6 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar da PMMG, 1999.

MINAS GERAIS. Constituição (1989). **Constituição do Estado de Minas Gerais**: consolidada até a Emenda n. 73 de 29/11/2005 e outras leis. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa, 2005.

_____. Comando Geral. **Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública - n. 01/2002-CG e outras normas internas**. Belo Horizonte, 2002.



**O uso da telefonia móvel de emergência nas frações destacadas da
2ª Região da Polícia Militar**

_____ **Armazém de dados de ocorrências da Polícia Militar de
Minas Gerais (PMMG)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro,
Núcleo de Estudos em Segurança Pública, 2006.

_____ Relatório da comissão 036/97. Belo Horizonte, **Boletim
Geral da Polícia Militar**.

_____ **Plemop n. 01/2003** - 2ª RPM, Bom Despacho, 2003.

SENAO do Brasil. **Manual do consumidor**: modelo SN – 8310. São
Paulo: Senaotec, 2004. Disponível em: <<http://www.senaotec.com>>.
Acesso em: 01Out.2006.





NORMAS EDITORIAIS





NORMAS EDITORIAIS PARA PUBLICAÇÃO DE TEXTOS **NA REVISTA “O ALFERES”**

A revista editada pela Polícia Militar de Minas Gerais têm o objetivo de publicar pesquisas, ensaios, artigos científicos ou filosóficos, ou matérias que contribuam para o desenvolvimento tecnológico e qualificação de pessoal no campo da preservação da ordem pública, nas diversas áreas do conhecimento.

As propostas de texto para publicação devem atender às seguintes formalidades:

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Título (e subtítulo, se houver) conciso e coerente com o conteúdo da obra;

1.2 Ao final do trabalho, a ser remetido em 2 (duas) vias, o autor deverá colocar seu nome completo, idade, endereço, fone de contato, e-mail (se tiver) e, em uma das vias, a autorização de próprio punho, para publicação independentemente de qualquer direito patrimonial e autoral sobre a obra, conforme formulário disponível no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação-CPP.

2 FORMATAÇÃO DO TEXTO

2.1 O texto original terá o limite aproximado de, no mínimo, cinco e, no máximo trinta laudas A-4, inclusive resumo, tabelas, ilustrações e referências.

2.2 Fonte “*Times New Roman*”, estilo normal, tamanho 12.

2.3 Espaço 1,5 entre linhas e alinhamento justificado.

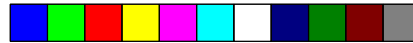
2.4 Margens: esquerda = 3 cm; superior, inferior e direita = 2,5 cm.

2.5 Numeração: ao final da página, centralizada;

2.6 Parágrafos iniciados a 1,25 cm da margem esquerda.

O Alferes, Belo Horizonte, **62** (22): 135-138, jul./dez. 2007

135



Normas Editoriais

3 ELEMENTOS DO TEXTO

3.1 Elementos pré-textuais são constituídos de:

a) Título e subtítulo (se houver): devem figurar na página de abertura do texto, diferenciados tipograficamente ou separados por dois pontos (:) e expressos na língua do texto.

b) Autor(es): nome(s) do(s) autor(es) acompanhado(s) de breve currículo que o(s) qualifique na área de conhecimento do texto. O currículo e os endereços postal e eletrônico devem aparecer no rodapé indicado por asterisco na página de abertura. Opcionalmente, esses dados podem aparecer com os elementos pós-textuais, dentre os quais os agradecimentos do(s) autor(es) e a data de entrega dos originais à redação do periódico;

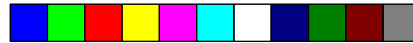
c) Resumo na língua do texto: elemento obrigatório, constituído de uma seqüência de frases concisas e objetivas e não de simples enumeração de tópicos, deve traduzir, sinteticamente, o conteúdo do trabalho. Elaborado em até duzentas e cinquenta palavras, o resumo é seguido das palavras representativas do conteúdo do trabalho (palavras-chave ou descritores), conforme NBR 6028/2003;

d) Palavras-chave na língua do texto: elemento obrigatório, as palavras-chave devem figurar logo abaixo do resumo, antecedidas da expressão “Palavras-chave”, separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto. Recomenda-se o limite de até cinco palavras-chave.

3.2 Elementos textuais

Organizar-se, mesmo implicitamente, em introdução, desenvolvimento e conclusão:

a) Introdução: parte inicial do texto na qual devem constar a delimitação do assunto tratado, os objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do texto. Trata-se do elemento explicativo do autor para o leitor;



Normas Editoriais

b) Desenvolvimento: parte principal do texto que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado. Divide-se em seções e subseções, conforme NBR 6024/2003. Parte mais extensa do texto, visa a expor as principais idéias. É, em essência, a fundamentação lógica do trabalho.

c) Conclusão ou Considerações Finais: parte final do texto na qual se apresentam as conclusões correspondentes aos objetivos ou questões da pesquisa. A conclusão destaca os resultados obtidos na pesquisa ou estudo. Deve ser breve e pode incluir recomendações ou sugestões para outras pesquisas na área.

3.3 Elementos pós-textuais

São constituídos de:

a) Resumo em língua estrangeira: elemento obrigatório, versão do resumo na língua do texto, para idioma de divulgação internacional, com as mesmas características: Abstract (inglês); Resumen (espanhol); Précis ou Abrégé (francês), por exemplo;

b) Palavras-chave em língua estrangeira: elemento obrigatório, versão das palavras-chave na língua do texto para a mesma língua do resumo em língua estrangeira: Key-words (inglês); Palabras-clave (espanhol); Mots-clés (francês), por exemplo;

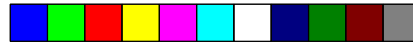
c) Nota(s) explicativa(s), se houver: a numeração das notas explicativas é feita em algarismos arábicos. Deve ser única e consecutiva para cada texto. Não se inicia a numeração a cada página;

d) Referências: elemento obrigatório, elaboradas conforme NBR 6023/2002.

4 DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 Para submeter um texto à aprovação pelo Conselho Editorial, o autor deve tomar conhecimento das normas editoriais da Revista e adotá-las.

4.2 Os textos enviados para publicação devem ser inéditos e originais.



Normas Editoriais

4.3 Haverá seleção de textos, mediante análise fundada nos seguintes critérios:

4.3.1 adequação aos objetivos da Revista;

4.3.2 padrão literocientífico atestado pelo respectivo Conselho Editorial;

4.3.3 adequação às normas editoriais da Revista.

4.4 Os textos poderão ser devolvidos aos autores, para as diligências recomendadas ou indicadas pelo Conselho Editorial.

4.5 Após aceitos, os textos poderão sofrer modificações quanto à forma, nunca em relação ao conteúdo.

4.6 O autor (policial-militar de Minas Gerais) será remunerado de acordo com a legislação específica da PMMG, desde que seu texto tenha sido aprovado pelo Conselho Editorial e publicado.

4.7 Os textos serão analisados sem que o Conselheiro Analista saiba o nome e outros dados qualificativos do autor (blinded review).

4.8 Os textos enviados ao Conselho Editorial serão analisados por quatro Conselheiros.

4.9 Os interessados na publicação devem encaminhar seus textos, em uma cópia impressa em papel - tamanho A4 - formato retrato - digitada somente no anverso e uma cópia em disquete, CD ou e-mail (cpp@pmmg.mg.gov.br), ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação, mediante ofício que conterà, obrigatoriamente:

4.9.1 cessão do direito patrimonial à PMMG para a publicação na Revista;

4.9.2 declaração de que o texto é original e inédito.

Conselho Editorial.